

Prof. : Michel Debrun

Aula : 12ª

Data : 6/5/58

A ECONOMIA POLÍTICA

I - A concepção clássica da Economia Política :

No século XIX, a expressão "economia política" dava título a uma série de idéias que podia receber todos os qualificativos, salvo o de político; pelo menos no sentido estrito, que damos à palavra durante nosso curso. Com efeito, a economia política baseava-se essencialmente nos quatro princípios seguintes:

1) Partia da suposição de um "homo-econômico", considerando os indivíduos inteiramente dominados pela vontade de lucro. Admitiam que não passavam de calculistas bastante inteligentes informados das condições do mercado, etc....

2) Estudava, antes de mais nada, o comportamento das micro-unidades econômicas, isto é, os indivíduos, fabricantes, vendedores e compradores. A figura principal da economia política era o empreendedor, ficando subentendido que o tamanho das empresas que serviram de base as deduções do economista não excedia certos limites. Foi somente na segunda metade do século XIX que os economistas começaram a preocupar-se com a pressão que podem exercer, no mercado, as grandes empresas (privadas ou estatais) capazes de criar, em benefício próprio, oligopolies e monopolios.

3) Não levava em conta a intervenção possível de organismos como o Estado, os grupos de pressão, etc. ..., que por sua influência pudessem manter ou mudar as estruturas econômicas das sociedades globais, ou as relações econômicas entre sociedades globais. Supunha mercados inteiramente livres, em que se confrontavam "homens econômicos puros", e tentava formular as leis que regiam esse confronto.

4) Postulava que um mercado livre devia automaticamente chegar a um ponto de equilíbrio; a concorrência acapretando, por exemplo, a baixa dos preços de venda, a supressão das produções inúteis.

Por que tal ciência econômica não merecia, verdadeiramente, o título de política? Constatamos, analisando os quatro princípios acima apresentados, que :

1) ela não reconhecia um significado político, possível, nos agentes e atos econômicos, considerando-os como orientados por um puro desejo de lucro; e estabelecia uma separação estanque entre o plano econômico e o plano político.

2) tal separação parecia perfeitamente natural, desde que a base da vida econômica, era apresentada como constituída de grande número de indivíduos concorrentes, opostos uns aos outros. Como poderia um desses indivíduos mudar as estruturas econômicas fundamentais que o envolvem, ou somente pensar numa

tal mudança? Os desejos dos homens econômicos pareciam limitados, como eles mesmos, salvo no campo especificamente econômico.

3) ela deixava de lado, nas suas deduções, a ação das instituições e grupos (o Estado, os grupos de pressão) mais qualificados para exercer uma influência propriamente política no campo econômico

4) Chegava ao ponto de acreditar no papel perturbador da política com relação a economia, aparecendo o mercado livre como capaz de auto-regulação: se o mundo econômico basta a si mesmo, por que não intervir politicamente? E, reciprocamente, não devemos reconhecer que todas as desordens econômicas vêm da intervenção indevida, no campo econômico, de fatores políticos? O melhor é, então, abandonar a vida econômica a si mesma, a sua harmonia espontânea.

II - Crítica da Economia Política clássica, e concepção moderna da Economia Política.

Do modo por que a apresentamos, a economia clássica não era política; a não ser no sentido amplo que estabelecemos nas lições 2 e 8. Mas, justamente, tal economia não dava uma imagem fiel da realidade econômica: mesmo no século XIX, na idade de ouro do liberalismo econômico (não somente nas teorias dos economistas, mas também na própria realidade econômica) a atuação do "homem-econômico"; a ausência, no mercado, de macro-unidades; o mercado livre; o equilíbrio espontâneo da vida econômica; nunca se verificaram plenamente. E, na medida em que se desenvolveram novas motivações econômicas (notadamente nos sindicatos e no Estado, menos preocupados com o lucro do que os empreendedores); grandes empresas (o Estado tornando-se frequentemente, ele mesmo, empreendedor); pressões de toda ordem sobre os mercados cuja semi-liberdade tinha trazido, aliás, aliás, inúmeros desequilíbrios, as pressuposições da economia clássica apareceram cada vez mais como não passando de uma ficção.

Os economistas podiam evidentemente manter essa ficção, e muitos o fizeram. Abandonando a descrição da realidade pela construção deliberada de uma simples epura, tentavam deduzir o que aconteceria caso o homem fosse reduzível ao puro desejo de lucro, as unidades econômicas fossem pequenas ou médias, etc. Passaram suas descrições do indicativo ao condicional, mas a construção de tais epuras (de "tipos ideais", diria Max Weber) só apresenta interesse na medida em que permita melhor interpretar a realidade (possibilitando por exemplo a compreensão de seu sentido global; ou então fornecendo uma hipótese que oriente o trabalho de pesquisa, mas que seria reformulada no decorrer do mesmo. Ora, os esquemas da economia liberal clássica ficam tão longe da realidade que não podem desempenhar esse papel esclarecedor. Somos obrigados, então, a abandoná-los.

Tal abandono coincide com o desenvolvimento de um interesse por uma ciência verdadeiramente política, na medida em que destaca:

a) a possibilidade dos agentes econômicos terem, também, consciente ou inconscientemente, projetos políticos (o que se verifica, por exemplo, com a ação das grandes centrais operárias).

b) O conjunto das pressões exercidas pelos mais poderosos desses agentes (geralmente macro-unidade; sindicatos, Estado, trusts, etc.) para manter ou mudar as estruturas econômicas fundamentais das sociedades globais.

c) a inexistência, de direito e de fato, de um "mercado livre" : o chamado "laissez-faire, laissez-passer", na suposição que fosse integralmente possível, teria de ser imposto pela força (portanto, por uma intervenção política), descontentando várias categorias sociais. É de qualquer maneira inevitável a intrusão política na economia. Nessas condições, tal intervenção não pode mais ser considerada como acidental e a ciência econômica será política por definição.

Implicando, todavia, em uma orientação um pouco particular das pesquisas econômicas, a procura dos fundamentos políticos da vida econômica, acredito que devemos distinguir dois ramos — aliás estreitamente ligados — da ciência econômica:

a) A economia política propriamente dita, que estudará o quadro de pressões, quer governamentais, de grupos ou individuais, exercidas no campo econômico para dar-lhe tal ou qual orientação global, b) a economia no sentido comum, que estudará todas as relações concretas, notadamente as numéricas (entre preços e salários, por exemplo) que se manifestarão dentro de tal quadro de pressões, cujo significado deve estar sempre presente no espírito do economista.

Dado o exiguo tempo de que dispomos, limitar-me-ei a destacar dois nomes que muito contribuíram para o desenvolvimento da economia política propriamente dita. O primeiro foi Marx, principalmente em "Economia política e Filosofia", "A Ideologia Alemã" e "Contribuição à Crítica da Economia Política". Em nenhuma dessas obras, Marx entra em pormenores de preços, salários, etc. Apenas esforçou-se por mostrar o conjunto de condições que existe em qualquer regime econômico, a fim de focalizar sua natureza exata. Em particular, no que se refere a natureza do regime liberal, a contribuição essencial de Marx foi a de mostrar que no mundo econômico liberal do século XIX a liberdade não podia manifestar-se plenamente, pois havia pressões constantes que, direta ou indiretamente, forçavam os trabalhadores a aceitarem determinadas condições de trabalho e padrão de vida.

O outro nome, muito mais atual, é o francês Francois Perroux. Em dois de seus artigos, "As macro-decisões" e "Esboço de uma teoria da dominação", Perroux estudou o conjunto de pressões que se exercem no campo político para manter ou mudar a estrutura global da economia. Em um deles, estuda especificamente as decisões tomadas por grandes entidades (Estado, grupos de pressão, grandes empresas, trusts, etc.), e no outro procura provar que, desde o século XIX, os mercados, os mais livres, eram sensíveis a inúmeras pressões; que não temos, portanto, o direito de considerar a noção de pressão como uma categoria secundária na descrição dos fenômenos econômicos. Mostra em seguida o conjunto de meios de que dispõe, hoje, o Estado para impor uma economia explicitamente dirigida. E, ainda que nem sempre abertamente, pode, através da pressão sobre os organismos de crédito, instituições de previdência social, ou até criando novas empresas, exercer um papel de liderança no campo econômico. Perroux assinala que as grandes empresas também podem exercer esse papel. É o que acontece quando impõem seus preços as outras empresas. Mostra, ao mesmo tempo, a influência dessas empresas sobre as ideologias e seus produtores,

os intelectuais, muitos dos quais estão, direta ou indiretamente, a serviço das necessidades e projetos dessas empresas.

Nosso interesse não é o de descer aos promenores, apenas consiste em mostrar o que constitui o campo da economia política. Não nos interessa saber se tal ou tal análise de Perroux é justa ou não. O essencial é ver que ele focalizou a economia política como tal.

Nessa altura, acho necessária uma observação a fim de evitar equívocos. Trata-se do seguinte: afirmei que a economia política deve preocupar-se essencialmente com as pressões que se exercem para manter ou mudar a estrutura econômica da sociedade global; mas isso não quer dizer necessariamente que essas pressões sejam exercidas apenas por macro-unidades. Admiti que geralmente é isso o que acontece, mas a economia política pode preocupar-se com as pressões exercidas por um só indivíduo em particular, desde que ele, revolucionariamente, se esforce por manter ou mudar a estrutura econômica da sociedade global. Por exemplo, foi o que aconteceu no século XIX com o inglês Cobden, que durante vários anos lutou pelo livre intercâmbio entre as nações. É claro que o comportamento desse homem parece-me altamente valioso como objeto de estudo da economia política.

O essencial na economia política é constatar o conjunto de pressões que visam a manutenção ou mudança da estrutura econômica.

Paralelamente, a economia no sentido vulgar, campo do economista profissional, tratará também das macro e micro-unidades (consumidor, vendedor, pequena e grande empresa, trusts, Estado, etc.). Foi esse o caso do economista inglês Keynes, que estudou bastante as macro-unidades (a poupança geral, o investimento geral, etc., em particular na sua obra prima: "Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda") Keynes preocupou-se, também, com as pressões exercidas no campo econômico, mas de maneira local, sem considerar nitidamente o quadro capitalista em seu conjunto para ver como é mantido por determinadas forças.

Podemos resumir tudo isso dizendo que tanto no campo da economia, como no da economia política, haverá uma preocupação pelas macro e micro-unidades, ficando bem entendido que hoje em dia, predomina a preocupação pelas macro-unidades. O equívoco a evitar é o de que se pensasse dever a economia estudar as micro-unidades e a economia política as macro-unidades.

Agora podemos indagar a respeito da economia política, se ela constitui ou não um ramal particular das ciências políticas. Acho que não. A meu ver ela é, por um lado, uma aplicação da história política, já que a economia política deve preocupar-se com o fato histórico (grandes acontecimentos como a revolução industrial, inglesa ou francesa, como a revolução política, tanto a de 1789 como a de 1917, que implicaram em grandes mudanças das estruturas econômicas); e por outro, terá um aspecto sociológico, que aparecerá sobretudo ao serem estudados os grupos e instituições do ponto de vista das pressões que exercem na vida econômica, o que leva geralmente a um estudo microsociológico de suas estruturas internas.

A economia política aparece-nos, assim, como um produto híbrido de duas disciplinas, a sociologia política e a história

política, mas como uma aplicação específica ao campo econômico.

Nota : quando falei a respeito das pressões que o campo político exerce sobre o econômico, não sei se consegui evitar o equívoco de apresentar tal campo como uma força bem definida, diferente dos fenômenos econômicos a que exercesse uma pressão de fora sobre o domínio econômico. Já vimos que não podemos contrapor o político ao econômico. Na verdade, as forças políticas que exercem influência no campo econômico são, elas mesmas, amplamente econômicas. Geralmente, são os próprios órgãos econômicos, como empresas, grupos de pressão, governos (medida em que cada vez mais se transformam em agentes econômicos) que exercem pressão sobre a estrutura econômica. A importância dos agentes de tal pressão é que traduzirá o papel político ~~quer da empresa quer do grupo de pressão, quer do grupo parlamentar, etc., quer, finalmente, do próprio Estado.~~

jmb/apb